**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 84/2022**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 24/2022**

# I - DO OBJETO

O objeto da presente dispensa de licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO TÉCNCIA PARA OPERACIONALIZAR O SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – SIPIA CT EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

# II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme valores atualizados pelo Decreto n° 9.412 de 18 de junho de 2018:

*“Art. 24 É dispensável a licitação:*

*...*

*II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea “a” do inciso II (R$ 17.600,00) do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”*

# III – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

# Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação.

É fácil visualizar no texto do dispositivo transcrito que as compras e serviços contratados, quando não atingirem o valor estipulado conduz a uma situação administrativa de possibilidade de contratação direta. A hipótese do inc. II do art. 24 trata da licitação de valores inferiores a R$ 17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais).

Ademais, verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso III do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

*“Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

1. *– Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*
2. *– Razão da escolha do fornecedor ou executante;*
3. *– Justificativa do preço;*
4. *– Documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. ”*

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

# IV *–* DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação do objeto pretendido, foi:

● **CINTIA NOWASCO DA SILVA MEI,** inscrita noCNPJ: 39.344.294/0001-04, estabelecida na Rua Luiz Delfino, n° 186, Bairro Passagem em Tubarão/SC, CEP 88.705-410.

# V *–* DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Em análise aos presentes autos, foram realizadas pesquisas de preços junto a três empresas da região, tendo a empresa escolhida apresentado o menor preço - compatível com os atualmente praticados.

A Contratação da empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando esta vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

# VI– DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

No caso em questão verificamos a presença de três propostas, sendo escolhida a de menor valor.

# VII- DO PAGAMENTO

O Município pagará pelo Objeto contratado um valor global estimado de R$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais).

As despesas decorrentes desta dispensa de licitação correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.008 – Elemento 3.3.90 – Despesa 86), prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2022.

**VIII – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE:**

1. - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com o INSS compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 11/07/2022.
2. – Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicilio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 02/07/2022.

III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito, com validade para o dia 01/08/2022.

1. - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 29/05/2022.
2. - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 30/08/2022.

# IX – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I – Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial emitida pelo eproc, com validade 03/07/2022.

II – Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial emitida pelo saj, com validade 05/07/2022.

# X – CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Cordilheira Alta/SC, 13 de maio de 2022.

**EMERSON VERDI**

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**ANGELITA GABRIEL**

Membro da Comissão Permanente de Licitações

**SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI**

Membro da Comissão Permanente de Licitações

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – OBJETO**

O objeto da presente dispensa de licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO TÉCNCIA PARA OPERACIONALIZAR O SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – SIPIA CT EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

**2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1 – Dentre as atribuições do Conselheiro Tutelar, descritas no art. 136, temos no inciso IX "assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente", tal proposta deverá ter como base o Diagnóstico da Violação de Direitos da Criança e do Adolescente. Essa coleta de dados é um processo contínuo e deve ser extraído do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA CT.

Este Sistema objetiva o registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais que a Lei 8069/90 - ECA, preconiza. Diante dessa realidade, da implementação do novo SIPIA CT e a posse de novos conselheiros tutelares, observa-se a necessidade de capacitação para entendimento e alimentação do sistema pelos usuários.

**3 – LOCAL DA ENTREGA DO BEM/SERVIÇO**

O local será definido pela administração. A proposta de cronograma baseia-se de acordo às informações abaixo:

l° Período (2h) - Online (à definir) • Abertura • A importância da alimentação do SIPIA CT (exposição de dados e debate) • Solicitando sua senha, solicitando nova senha e atualizando seu cadastro (demonstração) • Espaço para perguntas.

2° Período - 8h as 12h • Identificação da Rede de Atendimento e do Fluxo de Atendimento (para alimentar o Sistema é necessário saber para onde irá encaminhar os casos e se o SGD está ativo). • Cadastro do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) no sistema.

3° Período - 13h as 17h • Direitos Fundamentais e direitos violados (debate de casos)

• SIPIA CT: Passo a passo da alimentação • Oficina: Manuseando o SIPIA CT (cada conselheiro irá cadastrar um ou mais casos reais no sistema com a mediação da profissional.

4° Período - 8h as 12h • Oficina: Manuseando o SIPIA CT

5° Período - 13h as 17h • Oficina: Manuseando o SIPIA CT

**5 – VIGÊNCIA CONTRATUAL**

Até 31/12/2022, a partir da assinatura do contrato.

**6 – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

Oacompanhamento será realizado pela gerente de Proteção Social Caroline Horn.

Cordilheira Alta/SC, 13 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CAROLINE HORN**

Gerente de Proteção Social

**JUSTIFICATIVA DE PREÇO**

Foram colhidos três orçamentos de empresas do ramo, conforme propostas em anexo, sendo que o de menor preço foi apresentado pela empresa: **CINTIA NOWASCO DA SILVA MEI**, no valor total de R R$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais). Declaro que os preços são compatíveis com os praticados no mercado.

Cordilheira Alta/SC, 04 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CAROLINE HORN**

Gerente de Proteção Social